



Anais da Assembléia

Nº 102

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 19 DE JUNHO DE 1997

ANO XXIII

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI
3º Vice-Presidente - PMDB

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º Secretário - PFL

ANTONIO ANNIBELLI
3º Secretário - PSDB

IRONDI PUGLIESI
4º Secretária - PPB

ANGELO VANHONI
5º Secretário - PT

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado VALDIR ROSSONI
PDT	Deputado WALMOR TRENTINI
PTB	Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI
PMDB	Deputado ORLANDO PESSUTI
PFL	Deputado ELIO RUSCH
PSDB	Deputado CESAR SILVESTRI
PT	Deputado PERICLES H. MELLO
PPB	Deputado AUGUSTINHO ZUCCHI

Representação Partidária

PDT - 11: Edgar Bueno - Edno Guimarães - Joel Coimbra - Julio Ando - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz Accorsi - Milton Puppio - Nelson Tureck - Valdir Rossoni - Walmor Trentini; PMDB - 10: Cleiton Kielse - José Durval Amaral - José Tavares - Caio Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PSDB - 09: Albaror Gomes - Antonio Annibelli - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Edson Lino - José Maria Ferreira - Ricardo Chab - Sérgio Spada; PFL - 06: Basílio Zanusso - Élio Rusch - Hidekazu Takayama - Nelson Garcia - Plauto Miró - Remy Borsato; PPB - 06: Augustinho Zucchi - César Seleme - Duffio Genari - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Neivo Beraldin; PTB - 06: Ademair Traiano - Anibal Khury - Eduardo Trevisan - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Alborghetti - Marquinhos Alves; PT - 05: Angelo Vanhoni - Emerson Nerone - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo - Péricles Mello; PL - 01: Horácio Rodrigues.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA
ATA DA 61ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 19 DE JUNHO DE 1997
(QUINTA-FEIRA)**

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados Cesar Seleme e Edno Guimarães.

Às dez horas, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Aníbal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Techy Filho, Ademar Traiano, Albanor Gomes, Ângelo Vannahoni, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanuso, Beto Richa, Caio Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duffio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hidekazu Takayama, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Júlio Ando, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Remy Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE.

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1492

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, regime de urgência ao Projeto de Lei nº 275/97, que determina obrigatoriedade na informação sobre o tipo sanguíneo (ABO e RH) do portador da Carteira Nacional de Habilitação expedida no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 19.06.97.
(a) EDUARDO TREVISAN.

REQUERIMENTO Nº 1493

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER a preferência de discussão e votação para o Projeto de Lei nº 285/97, oriundo da Mensagem Governamental nº 034/97, que objetiva criar na parte permanente do quadro Geral do Poder Executivo, 100 cargos de provimento efetivo de médico veterinário e 40 cargos de engenheiro agrônomo, todos padrão I-III, a serem utilizados pela Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, item nº 13 da Ordem do Dia da presente Sessão.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 19.06.97.
(a) ORLANDO PESSUTI.

REQUERIMENTO Nº 1495

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja concedido Voto de Pesar, pelo falecimento ocorrido em 18.06.97, do Sargento Valdemar Teodoro.

Pessoa íntegra, que cumpriu dignamente com seu papel social e que muito colaborou para o desenvolvimento da

cidade de Ponta Grossa. Foi ferido gravemente enquanto dava cobertura ao funcionário da Polícia Civil que estava entregando marmitas feitas por parentes e amigos dos detentos do Presídio Hildebrando de Souza, naquela cidade. Deixa enlutados seus familiares, amigos e aqueles de seu convívio social.

Requer ainda, que a decisão desta Casa de Leis, seja dada ciência à família enlutada, sito a Rua Professor Cardoso Pontes, 985 - Ronda - Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 19.06.97.
(a) LUIZ CARLOS ZUK.

REQUERIMENTO Nº 1489

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de Votos de Congratulações às lideranças políticas e aos municípios do pujante município de São Jorge do Patrocinio, pela passagem de seu aniversário de Emancipação Política a ser comemorado no próximo dia 22 de junho.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor Cláudio Palosi, Digníssimo Prefeito Municipal (Rua Mal. Cândido Rondon, 164); ao Vereador Valdecir Secundo de Melo, Digníssimo Presidente da Câmara Municipal (Av. D. Manoel, s/n) CEP 87555-000.

Sala das Sessões, em 19.06.97.
(a) NELSON GARCIA.

REQUERIMENTO Nº 1494

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, Votos de Congratulações pela passagem do 4º aniversário de Emancipação Política do Município de Farol no próximo dia 23.

REQUER, ainda, que da decisão do douto Plenário seja comunicado o Senhor Edson Martins, Prefeito Municipal de Farol - PR.

Sala das Sessões, em 19.06.97.
(a) BETO RICHÁ.

JUSTIFICATIVA:

O Município de Farol é exemplo de que com bons administradores a administração pública é eficaz. Recém criado está completando 04 (quatro) anos, o município teve como primeiro Prefeito Gilmar Aparecido Cardoso que realizou profícua gestão e hoje o Professor Edson Martins que está a frente dos destinos do Município vem consolidando Farol como um dos mais importantes municípios da região da CONCAN.

REQUERIMENTO Nº 1491

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, REQUER o encaminhamento de Apelo ao Senhor Governador do Estado, no sentido de que sejam determinadas de imediato as providências necessárias para recuperação e reativação do Aeroporto de Jacarezinho.

Sala das Sessões, em 19.06.97
(a) JOEL COIMBRA

JUSTIFICATIVA:

O aeroporto de Jacarezinho foi interditado em decorrência de não apresentar condições de segurança para o tráfego de Aeronaves.

O motivo dessa medida é a existência de uma favela com cerca de 200 famílias existente nas suas proximidades resultando daí que é freqüente o movimento de pessoas e principalmente crianças na pista.

Essa interdição tem ocasionado grandes perdas para o nosso Estado.

Além de possuir uma pista pavimentada de 1.200m, e que possibilita o pouso de aeronaves de considerável porte, a região está perdendo um importante meio de ligação com outras regiões produtivas do Estado. Por exemplo, mantivemos contato com a TAM que manifestou interesse de operar suas aeronaves naquele aeroporto.

Vários empresários reclamam que tem que fazer escalas em Ourinhos e Siqueira Campos por não poder utilizar

a pista do aeroporto de Jacarezinho.

Pondere-se finalmente que em virtude dessa interdição a pista está abandonada e a erosão ameaça destruí-la. Se isso acontecer sofreremos terrível prejuízo financeiro.

Sugerimos portanto, que o Senhor Governador Jaime Lerner anuncie amanhã, quando de sua visita a Jacarezinho, a sua disposição de restaurar a pista, determinando em seguida as medidas necessárias à concretização desse anúncio.

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 293/97

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - O Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura, por suas vinculadas, CODAPAR (Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná) e EMATER (Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural), concederá anistia de débitos aos municípios, referentes ao repasse de plantel de animais do subprograma de apoio à ovinocultura/melhoria genética no âmbito do programa de produção animal.

Art. 2º - Somente serão beneficiados com a anistia os municípios que estenderam esta vantagem aos produtores favorecidos com o programa.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.06.97

(aa) CAÍTO QUINTANA e LUIZ CARLOS ZUK.

JUSTIFICATIVA:

O subprograma de apoio à ovinocultura, no âmbito do Programa de Produção Animal, desenvolvido pela CODAPAR/EMATER, vinculadas à Secretaria da Agricultura do Estado do Paraná, teve por objetivo despertar e introduzir uma nova alternativa econômica/alimentar aos pequenos produtores do nosso Estado.

Fica muito claro o objetivo do Programa, ao examinarmos a forma de ressarcimento estipulada no próprio Termo de Ajuste firmado pelas partes. "O ressarcimento dos animais pelo município será feito no final do terceiro ano da data da assinatura do presente termo de ajuste, quando entregará uma ovelha fêmea, idade máxima de 04 dentes, por cada ovelha recebida".

Mais evidenciado ainda fica o desejo de formar um fundo rotativo, ao final do terceiro ano, quando, nas disposições gerais, anuncia-se o destino das ovelhas devolvidas. "Os animais devolvidos em ressarcimento à CODAPAR serão utilizados na continuidade do Programa".

Os animais repassados aos produtores foram adquiridos e pagos em exercício financeiro anterior, não restando débito a ser quitado, e, como o Governo atual exigiu o Programa, não pretendendo contemplar novos produtores, não justifica efetuar a cobrança, pois se optado o pagamento em animais, não teríamos sequer onde mantê-los, ocasionando contratempos e despesas.

É de justiça, pois, conceder a anistia proposta, lamentando apenas que o Programa não tenha continuidade.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado Toti Colaço, no Grande Expediente, já que no Pequeno Expediente não há oradores inscritos.

O SR. TOTI COLAÇO - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Vou fazer uso da palavra apenas para dar explicações sobre a nossa ida a Brasília na terça e quarta-feiras. Com relação ao FEF que na verdade, o governo federal que nos parece está recuando com relação à pressão que os prefeitos estão fazendo e também posicionamento da bancada federal do Paraná que tem se desdobrado e se colocando frontalmente contra a aprovação da forma em que se encontra a proposta do governo e também contra o substitutivo apresentado pela relatora Ieda Crucius.

Na terça-feira, na reunião das 14:30 horas, os debates começaram e por volta das 16:30 horas foram suspensos os debates em razão de que havia sessão no plenário e carecia da presença dos Deputados Federais em Plenário.

Na quarta-feira, iniciou-se logo após o almoço o de-

bate sobre a prorrogação ou não do FEF discutindo-se sobre a emenda da Deputada Ieda Crucius, o que podemos observar de perto! O Governo Federal, como é do conhecimento de todos os senhores, vem há mais de três anos e meio, retirando recursos do Fundo de Participação dos Municípios, tanto dos municípios como dos Estados e através do FEF.

Num estudo feito recentemente pelo Congresso Nacional destacando estudo do Deputado Paulo Bernardi, o Estado do Paraná perderá, possivelmente, no ano de 97, mais de 75 milhões de reais. Os municípios paranaenses, e aqui eu chamo a atenção dos Senhores Deputados, possivelmente haverão de perder, caso seja aprovada a prorrogação do FEF, mais de 180 milhões de reais, capitalizando entre Estado e municípios, na casa de 263 milhões que o Estado como um todo perderá no ano de 97. Por que esses valores foram alterados nas últimas informações que obtivemos? Porque o estudo que se fez hoje e que se está fazendo e que está se discutindo, trata-se das renúncias fiscais que o governo federal vem fazendo seguidamente. Nós do Paraná, por exemplo, temos um câncer já implantado aqui há muito tempo, desde os idos de 78 quando da promulgação da nossa Carta Magna, a Constituição Federal: Por que é que o Estado do Paraná vem perdendo desde 88 com a renúncia fiscal? O Deputado Pessuti, nós nos anos anteriores, esta Casa já se mobilizou, já foi feito um trabalho em termos de país, no entretanto nada foi feito, não foi possível se alterar o Art. 155, inciso 10, letra B, da Constituição Federal, aonde isenta de qualquer tributo principalmente do ICMS da sua transação para os outros Estados. E o Estado do Paraná como todos nós sabemos, e é claro o Brasil todo sabe, é um dos maiores produtores de energia elétrica do nosso país. O Estado do Paraná manda energia elétrica, por exemplo, para o Estado de São Paulo a custo zero, sem nenhum tributo. No entretanto, o Estado de São Paulo cobra o imposto dos seus consumidores, cobra o imposto do que ele industrializa e que nós aqui consumimos. Esta é uma renúncia fiscal consagrada na Constituição lamentavelmente desde 88.

Recentemente, o governo federal isentou da cobrança do ICMS, dos impostos, dos produtos primários e elaborados que são exportados através do nosso Estado, através do Porto de Paranaguá, alegando que através da lei Kandir poderia compensar ao nosso Estado. No entretanto, esta compensação não aparece, nem para os municípios, e acredito também não esteja aparecendo para o próprio Estado.

Desta feita, Senhores Deputados, a situação do FEF em Brasília continua um impasse para a bancada do governo e para equipe econômica do governo federal.

Há poucos instantes mantive contato com Brasília, aonde o nosso companheiro, Deputado Sâmias da Silva, que lá permaneceu, me repassava algumas informações, de que esteve numa reunião específica com a relatora Ieda Crucius, tratando de outros assuntos de interesse de Foz do Iguaçu, mas que ao mesmo tempo tratou do nosso FEF, e dizia a relatora ao nosso colega Sâmias da Silva: - Que o governo federal está fazendo de tudo para continuar retirando dos municípios e dos Estados e do FEF, recursos que são constitucionais. Não foi votado ontem e não será votado hoje ainda na comissão que estuda o FEF que tem na Presidência o Deputado Luciano Pizzato, e diga-se de passagem, que está presidindo com muita segurança, com muita firmeza, cuidando dos interesses de todos os municípios brasileiros e porque não dizer do Paraná, muito especialmente.

Esteve presente conosco em Brasília, o vice-Prefeito de Curitiba, o nosso companheiro, Deputado Algaci Tólio, que além de outros assuntos que tratou em Brasília, também pôde questionar à relatora, pôde participar dos debates mostrando para a bancada federal, mostrando para a equipe econômica do governo, os prejuízos que o nosso Estado vem tendo sistematicamente com a renúncia fiscal, com o problema que acabamos de falar, com a renúncia da não cobrança do imposto da energia elétrica, com os produtos primários e semielaborados, e agora 3 anos e pouco, o governo federal retirando dinheiro tanto do Estado como dos municípios.

Nós aguardamos para a próxima semana possivelmente, haverá de ser votado na comissão a prorrogação ou não, prorrogação do FEF. O que nós podemos observar,

que há um clima no Congresso Nacional, entre deputados federais e senadores, se por um acaso a equipe econômica do governo e a relatora não retirar a parte que cabe aos municípios tão somente e aos Estados, o FEF não passará no plenário da Câmara Federal.

Portanto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, nós vamos ficar de alerta e fica aqui mais uma vez um chamamento aos Senhores Deputados que são do interior do nosso Estado, no momento em que for colocado no plenário a discussão e aprovação do FEF, se faz necessário que se ache uma mobilização em massa do nosso Estado, seria importante Senhor Presidente Luiz Carlos Zuk, com a aquiescência do nosso Presidente titular, Presidente Anibal Khury, que na oportunidade que se for votar o FEF em Brasília, no plenário, houvesse uma manifestação de toda a Assembléia Legislativa, não tendo aqui sessões plenárias para que os Deputados pudessem se deslocar para Brasília, porque é muito importante a presença dos Deputados, dos Prefeitos, para que a bancada federal, não somente a nossa, mas de todos os demais Estados possam votar com tranquilidade contra a prorrogação do FEF.

Nós tivemos, mais uma vez, a oportunidade de dizer oficialmente na comissão que estuda a prorrogação do FEF, a mensagem do governo federal, que os municípios paranaenses, o Paraná não aceita nenhuma proposta. Os 40% que a Deputada Ieda Crucius está colocando como forma compensatória para os Estados e para os municípios. Nós temos consciência disso. É um engano. É mais um golpe que se dá no Deputado Nelson Tureck, V.Exa. que é municipalista. É mais um golpe que se dá em todos os municípios do Paraná e do resto do nosso País.

Nós, não podemos aceitar, ficar calados, quando se decide, quando se retira, vem se retirando, e pretende ser prorrogado até o fim de 1999 esta sistemática do governo federal.

Fala-se da descentralização administrativa, descentraliza tão somente os serviços, Senhor Presidente, mas em contrapartida se retém os recursos, Deputado Orlando Pessuti, retém o dinheiro. E como fazer uma descentralização dos recursos, quando na verdade por outro lado seguram-se os recursos. Nós não podemos aceitar isso de forma ou hipótese alguma!

Concedo um... parte ao Deputado Orlando Pessuti.

O Sr. Orlando Pessuti (Aparte - Assentimento) - Deputado Toti Colaço.

Quero cumprimentar V.Exa. pela maneira como se pronuncia na sessão de hoje, mas muito especialmente pela maneira como vem conduzindo o Bloco Parlamentar Municipalista. Já há algum tempo, este bloco funciona na Assembléia, iniciado que foi, sob a liderança do ex-Deputado Albino Corazza e com a participação de V.Exa. e de mais de uma dezena de outros Senhores Deputados. Em especial naquele momento começavam os Deputados Estaduais e usufruíam da condição de ex-prefeitos municipais.

E V.Exa. traz a discussão, hoje, a questão do Fundo de Estabilidade Fiscal, de Estabilização Fiscal, o FEF, mas traz também para nós a oportunidade de mais uma vez refletirmos sobre os prejuízos que o Paraná vem sofrendo ao longo do tempo, em relação as medidas que são adotadas pelo governo Federal.

Vossa Excelência lembra a respeito do ICMS, da energia elétrica vendida para outros Estados, energia elétrica produzida no Paraná, e que é vendida a outros Estados, mormente a energia elétrica de Foz do Iguaçu, lá da Itaipu. Todos nós sabemos que fruto dessa imunidade tributária o Paraná perde mais de 300 milhões de dólares por ano, é praticamente um mês cheio de arrecadação do Estado do Paraná.

Recentemente tivemos uma medida que para a agricultura e para a pecuária, evidentemente, ela foi positiva que é a desoneração do ICMS nas exportações de produtos primários e de produtos semi-elaborados. Mas, neste caso também, mais uma vez, o Paraná está se ressentindo da falta desse dinheiro, dessa arrecadação, porque normalmente nos meses de março, abril, maio, são os meses fortes da comercialização da safra de soja no Paraná e neste período

do sempre tínhamos um acréscimo na arrecadação do ICMS, já que também ocorria nesse período o forte da comercialização da safra de soja, na sua grande maioria exportada para os países europeus e para os países asiáticos. E o que estamos vendo? A compensação, que foi compromisso do Governo Federal, ela virá em época futura, que ainda não sabemos se acontecerá e em que valores isso acontecerá.

E agora, vem mais uma vez o Governo Federal retirando 12,04% da arrecadação dos municípios a título de prorrogar a existência do FEF.

Então, temos que estar atentos e Vossa Excelência tem razão de vir à tribuna, de ter ido à Brasília como já foi junto com outros Deputados lutar em nome do Paraná, lutar ao lado dos nossos Prefeitos para que esta prorrogação não seja aprovada, temos que ser contra a prorrogação, não temos que ser a favor da criação de um outro fundo como estão querendo fazer porque mais uma vez ficaremos na mão do Governo Federal, aguardando a sua boa vontade no repasse de recursos que são prometidos e muitas vezes não chegam até nós. Lembro-me, e o Deputado Basílio Zanusso foi um guerreiro nesta causa, quando sofremos aqui no Paraná mais uma injustiça do Governo Federal que era a proibição de se plantar no Paraná a laranja e outras frutas cítricas porque lá em Brasília, no Ministério da Agricultura, na CANEC existiam pessoas lá do Estado de São Paulo que não queriam a laranja e a fruticultura implantada no Estado do Paraná e na ocasião foi preciso que nos mobilizássemos, que andássemos o Paraná, que fôssemos à Brasília para derrubar esta barreira que existia contra o nosso Estado.

Então é por isso que aplaudo Vossa Excelência e os demais Deputados do Bloco Municipalista que tem estado ao lado de Vossa Excelência e vamos sim, se for preciso, deixar a Assembléia Legislativa em sessão permanente e todos iremos, se necessário, até Brasília para pressionar os Deputados Federais no sentido de que não aprove a prorrogação do FEF.

O Sr. Nelson Tureck - Deputado, queria também neste momento avalizar as suas palavras e parabenizá-lo pelo seu pronunciamento e acima de tudo pelo seu trabalho frente ao Bloco Parlamentar Municipalista porque já foi Prefeito e sabe as dificuldades que um Prefeito passa nos dias de hoje por isso quero me solidarizar com as suas palavras para gritarmos bem alto em nome do Paraná e dos nossos Prefeitos do Estado do Paraná para que estas coisas não ocorram mais conosco, vemos as dificuldades dos Prefeitos que dia-a-dia vêem os seus recursos tirados e agora vem este Fundo de Estabilização Fiscal, já tivemos esta perda de ICMS que o Pessuti disse aí que o Paraná tem que pagar o ICMS, aí vende a energia para os outros Estados e lá fora é isento, já perdemos o ICMS da Lei Kandir agora e com isso o Paraná só está cada vez mais diminuindo a sua arrecadação. Só queria dizer, Toti, que sabemos de todo o seu empenho, todo o seu trabalho e acho que tínhamos que chamar os Deputados Federais do Paraná para que briguem lá em cima, viu Pessuti, Toti Colaço, os Senadores do Paraná que briguem pelos municípios para que nós pelo menos ouvimos alguém gritar porque os Deputados estão aí na sua pessoa, Toti, lutando mas precisamos de todos os Deputados Federais para que briguem pelo Estado do Paraná. Por isso parabéns pelo seu discurso porque temos que brigar pelo Estado do Paraná e principalmente pelos nossos Prefeitos que passam por dias difíceis.

O Sr. Irineu Colombo - Parabéns, Deputado Toti, pelo brilhante trabalho que Vossa Excelência vem desempenhando frente a esta Comissão, frente ao Bloco Parlamentar Municipalista e dizer que o Partido dos Trabalhadores a nível federal está votando contra a prorrogação do FEF porque o Partido entende que o Governo Federal fez um orçamento paralelo ao orçamento da União com os poucos recursos dos municípios brasileiros e dos Governos Estaduais, além disso, sabemos que dia após dia os municípios estão arcando com a merenda escolar, com o transporte escolar desde do estudante universitário até creche, está com problemas sem o devido recurso e a chiadeira dos Prefeitos tem que fazer valer, pelo menos agora, com a votação dos

Deputados Federais e com isso gostaria de destacar, e sou muito suspeito em falar mas gostaria de falar porque mereço, a atuação nesta batalha do Deputado Federal Paulo Bernardo do nosso Partido que tem sido um gigante na Comissão de Orçamento e uma das pessoas responsáveis por trazer informações e brigar contra a prorrogação do FEF.

Parabéns Deputado Toti Colaço.

O SR. TOTI COLAÇO - É preciso que se registre também que a Bancada Federal do Paraná, com raríssimas exceções, na que diz respeito a votação do FEF vão votar pela extinção em definitivo do FEF. E os Senadores aos quais constatamos também não vão de forma e hipótese alguma votar pela prorrogação do FEF. E é bom que se destaque, eu já havia destacado Deputado Colombo do trabalho que vem realizando nesta Comissão o Deputado Paulo Bernardo, tenho me valido muito da sua assessoria, das suas informações porque ele está debruçado já há muitos meses no estudo técnico, profundo, analisando os prejuízos que o nosso Estado, que os Estados brasileiros vêm tendo desde a implantação do FEF. Tanto é verdade que até a semana passada tínhamos alguns números que são diferentes dos números que temos no presente momento.

Hoje chegamos aí com prejuízo que era calculado no estudo feito por sua assessoria, por ele, por outros técnicos da comunidade econômica do Congresso Nacional, que chegava na casa de 101 milhões que o Estado perdia; hoje está claro que o Estado do Paraná, a persistir dessa forma, ultrapassa 260 milhões o prejuízo para o ano de 97. E é bom também que se registre que a Bancada Federal hoje está unida lá. Já falei isso em reuniões anteriores, tenho observado que pela primeira vez a nossa Bancada, independente de siglas partidárias, tenho participado diversas vezes de assuntos dos mais diversos no que diz respeito ao Paraná, eles esquecem as suas divergências partidárias, pessoais, políticas, e tenho fechado a questão em torno dos interesses do nosso Estado.

Apenas para lembrar os Senhores Deputados que o Fundo de Participação dos Municípios foi bandeira de luta nos anos de 84, 85, 86, Deputado Valdir Rossoni sabe disso, Deputado Edson Lino sabe disso, fomos Prefeitos juntos na mesma época, estivemos diversas vezes em Brasília, numa ocasião organizamos uma marcha à Brasília para aumentar os índices de Fundo de Participação dos Municípios de 18 para 20% com a Emenda Sandoval, com a Emenda Passos Portos, aonde o ex-Presidente Figueiredo nos deixou praticamente presos, abaixo de baioneta no saguão do Palácio em Brasília, não nos recebendo, apenas dando boa tarde, estou indo trabalhar, licença, e nos deixando fechados por algumas horas. O avanço que tivemos na época foi que os Prefeitos da época se mobilizaram e foi consagrado com 22,5% na nossa Constituição em cima de um trabalho feito por todos os municípios na época no Estado do Paraná, e também por alguns Parlamentares aqui desta Casa de Leis.

Conquistamos em 88, 22,5%, hoje o Governo Federal, há três anos e meio, que foi cochilo do Congresso Nacional quando criaram o Fundo Social de Emergência, com todo respeito, o Congresso cochilou, como cochilou quando concordou, na nossa Constituição Federal, concordando com a isenção da energia elétrica conforme falamos e o Pessuti falou, também foi um cochilo, ficaram naquela compensação dos royalties que não tinha absolutamente nada a ver os royalties com relação ao ICMS da Usina de Itaipu. Os royalties eram para pagar as terras alagadas, para compensar os municípios que perderam as suas terras e que automaticamente a produção que dali saía, que rendia recursos para os municípios do nosso Estado, era para compensar esses prejuízos, e o ICMS no entretanto ficou isento na sua totalidade, foi um cochilo na época. Com a medida provisória que criou o Fundo Social de emergência o Governo Federal pegou logo que chegou, que assumiu a Presidência da República, imediatamente, quando as coisas estavam se acomodando em Brasília Deputado Zuk saiu a medida provisória através do Fundo Social de Emergência, houve uma prorrogação até agora 30 de junho de 88, que daí foi mudado de nome, passou para Fundo de Estabilização Fiscal. E agora o Governo Federal quer prorrogar até o fim de 99, e aí que está o impasse, e aí que estão as dificuldades do governo

nesse instante, e que está a nossa preocupação, e que se cochilarmos gente, se o Paraná que tem sido em Brasília a voz mais forte dessa luta através dos nossos Deputados, e a nossa com os demais companheiros que estão conosco, lá.

Nós, os nossos municípios vão sofrer um duro revés a partir de agosto deste ano.

O SR. VALDIR ROSSONI - Deputado Toti Colaço, quero aproveitar o aparte que Vossa Excelência está nos dando, para cumprimentá-lo pelo esforço, pela luta, por esta causa dos municípios do Paraná.

Acredito, que até nós, Deputados Estaduais, devemos fazer uma reflexão sobre este tema, porque praticamente Vossa Excelência está sozinho nesta luta. Mas quero cumprimentá-lo, porque reconheço, que esta batalha, em nome dos municípios do Paraná está sendo feita por Vossa Excelência, com muita competência, com muita vontade, e tenho certeza absoluta, que se algum sucesso tiveram os municípios brasileiros, na derrubada desta questão, porque este é um prejuízo muito grande.

Até acredito, que o Presidente Fernando Henrique não está se atendo a situação de calamidade que se encontram os municípios brasileiros. Até falando politicamente, em termos de reeleição para Presidente da República, terá reflexo direto, em cima da eleição de Presidente da República as administrações municipais.

Sentimos, ao andar pelo Paraná, que 90% dos Prefeitos tem a intenção de apoiar o Presidente Fernando Henrique na sua reeleição. Mas não adianta você ter apoio de Prefeitos, que tenham as suas Prefeituras falidas. E, estão falidas, também, devido a esta situação que está se criando, de retirar parte de seus recursos.

Esta luta, este trabalho, feito por Vossa Excelência é digno de elogio e de respeito desta Casa. Por isso, quero cumprimentá-lo, e tenho certeza absoluta, que na hora em que conseguirmos esses recursos que fiquem para o Estado do Paraná e para os municípios brasileiros, Vossa Excelência será muito bem lembrada pelo povo do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. TOTI COLAÇO - Obrigado pelo aparte de todos os Senhores Deputados.

Para concluir, lembrando mais uma vez, que na semana que vem, o prazo está se esvaindo, se esgotando, esta matéria será debatida e votada no Congresso Nacional.

Nós, possivelmente, estaremos lá com outros Parlamentares, porque temos que ao mesmo tempo dar uma sustentação, um apoio logístico aos nossos Deputados Federais. Nós, lá, não votamos, mas a nossa presença, a presença do Paraná, e também de Prefeitos municipais, os nossos Deputados votarão com muito mais segurança e tranquilidade, e com certeza absoluta haverá de não passar a prorrogação do FEF na votação que ocorrerá na semana que vem.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Antes de conceder ao Deputado Tureck, quero avisar os Senhores Parlamentares, e a Deputada Irondi, que o Deputado Toti Colaço, juntamente com o ilustre Deputado Sâmis da Silva, representando a todos os Senhores Parlamentares, de todos os Partidos desta Casa, levou o aval de todos os Senhores, na pessoa do Presidente Aníbal Khury.

O relato feito neste Plenário já tinha sido notificado à Mesa Executiva da Casa. Temos a certeza que os Senhores Deputados Federais, principalmente, do Paraná, entre os quais os Senhores se identificam a cada um deles, nos seus domicílios eleitorais, terão a responsabilidade de votar com o municipalismo do Brasil, fazendo frente a esta propositura do nosso Presidente do Bloco Municipalista.

Pela Ordem, concedo a palavra ao ilustre Deputado Tureck.

O SR. NELSON TURECK (Pela Ordem) - Senhor Presidente, quero registrar a presença da Prefeita de Barbosa Ferraz, a Prefeita Elza, do PDT, e que com muita competência vem fazendo um grande trabalho no seu município. E, juntamente, com a Prefeita, o grande amigo e compa-

nheiro Cidão, que também faz parte daquele município.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Perfeitamente registrada.
Não há oradores inscritos no Horário das Lideranças.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria dos Senhores Deputados Caio Quintana e Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. Necessita de apoio. Apreciado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1493, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando preferência de votação para o Projeto de Lei nº 285/97, oriundo da Mensagem Governamental nº 034/97, constante da Ordem do Dia da presente sessão. **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento de preferência de votação acima aprovado:

ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 285/97, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 034/97, que objetiva criar, na parte permanente do Quadro Geral do Poder Executivo, 100 (cem) cargos de provimento efetivo de Médico Veterinário e 40 (quarenta) de Engenheiro Agrônomo, todos do Padrão I - III, para serem utilizados pela Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 97, de 16.06.97, Mens.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 285/97

PARECER:

O presente projeto de lei de autoria do Poder Executivo tem por objetivo criar na parte permanente do Quadro Geral do Poder Executivo 100 cargos de provimento efetivo de Médico Veterinário e 40 de Engenheiro Agrônomo, todos do padrão I - III, para serem utilizados pela Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 18.06.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
EDGAR BUENO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 285/97

PARECER:

Relatório

A presente proposição de autoria do Poder Executivo, oriundo da Mensagem Governamental nº 034/97, visa criar na parte permanente do Quadro Geral do Poder Executivo 100 cargos de provimento efetivo de Médico Veterinário e 40 de Engenheiro Agrônomo, todos do padrão I - III, para serem utilizados pela Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento.

Fundamentação

Tal proposta já foi analisada e discutida pela douta Comissão de Constituição e Justiça, que opinou pela sua aprovação.

Esta Comissão de Finanças chamada a opinar, verificou que os cargos objetivam atender às necessidades da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento.

Conclusão

Diante do exposto, somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18.06.97.
(aa) ÉLIO RUSCH - Presidente
DUILIO GENARI - Relator

Passaremos ao restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 205/97, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 017/97, que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 8.320.000,00 (oito milhões, trezentos e vinte mil reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Saúde. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 68, de 13.05.97, Mens.)

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 227/97, de autoria do Deputado João Techy Filho, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Agricultores e Moradores de Tijuco Preto, com sede e foro no Município de Prudentópolis. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 78, de 22.05.97)

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 230/97, de autoria do Deputado Anibal Khury, que assegura o funcionamento da Escola Estadual Flávio Ferreira da Luz. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 82, de 27.05.97)

Em nosso Plenário encontra-se uma Comissão de senhoras professoras e alunos que nos honram com suas presenças.

Nesta redação final do projeto de autoria do Deputado Anibal Khury, que teve a aquiescência dos 54 Senhores Parlamentares desta Casa, indistintamente de cor partidária, num apoio integral à Escola Estadual Flávio Ferreira da Luz, bem como a todo seu corpo docente e discente.

Agradecemos a presença das professoras, dos alunos e pais de alunos.

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 243/97, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, que declara de Utilidade Pública a Associação Comunitária de São Braz, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 256/97, de autoria do Deputado João Techy Filho, que declara de Utilidade Pública a Associação Rural de Morumbi, com sede e foro em Prudentópolis. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 104/97, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual de Pau D'Alho - Ensino de 1º Grau Regular, com sede e foro no Município de Assaí. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 31, de 19.03.97)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 104/97

PARECER:

O presente projeto de lei de autoria do Deputado José Maria Ferreira visa declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual de Pau D'Alho - Ensino de 1º Grau Regular, com sede e foro em Assaí.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 10.05.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
CÉSAR SELEME - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 129/97, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, que declara de Utilidade Pública a Associação São Roque, com sede e foro no Município de Tamarana. EMENDA DA C.C.J. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 40, de 02.04.97)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 129/97

PARECER:

O presente projeto de lei de autoria do Deputado José Maria Ferreira tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação São Roque de Tamarana.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à matéria, exaramos parecer favorável na forma da emenda anexa, vez que o foro correto da entidade é o Município de Londrina.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.06.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CÉSAR SELEME - Relator

EMENDA CORRETIVA
PROJETO DE LEI Nº 129/97

Emenda Corretiva - O artigo 1º passará a ter a seguinte redação:

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública a Associação São Roque, com sede no Município de Tamarana e foro no Município de Londrina.

Sala das Comissões, em 10.06.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CÉSAR SELEME - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 232/97, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que declara de Utilidade Pública Estadual a Fundação Educacional, Sindical e Assistência do Iguaçu - Fundação Iguaçu, com sede e foro na Cidade de Curitiba - PR. EMENDA DA C.C.J. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 82, de 27.05.97)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 232/97

PARECER:

O presente Projeto de Lei de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli visa declarar de Utilidade Pública a Fundação Educacional, Sindical e Assistencial do Iguaçu - Fundação Iguaçu, com sede e foro em Curitiba.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à matéria, exaramos parecer FAVORÁVEL na forma da emenda anexa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.06.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CÉSAR SELEME - Relator

EMENDA CORRETIVA
PROJETO DE LEI Nº 232/97

Declara de Utilidade Pública a Fundação Educacional, Sindical e Assistencial do Iguaçu - Fundação Iguaçu, com sede e foro na cidade de Cascavel.

Sala das Comissões, em 10.06.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CÉSAR SELEME - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 238/97, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Amigos do Bairro Alto, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 85, de 02.06.97)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 238/97

PARECER:

O presente Projeto de Lei de autoria do Deputado Hidekazu Takayama tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação dos Amigos do Bairro Alto, com sede e foro nesta Capital.

Chamada esta Comissão a se manifestar, com relação à legalidade e a constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é FAVORÁVEL.

Sala das Comissões, em 10.06.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CÉSAR SELEME - Relator

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 257/97, de autoria do Deputado João Techy Filho, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Produtores Rurais de Perobas, com sede e foro no Município de Prudentópolis. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 87, de 04.06.97)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 257/97

PARECER:

O presente Projeto de Lei de autoria do Deputado João Techy Filho, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação dos produtores Rurais de Perobas, com sede e foro no Município de Prudentópolis.

Chamada esta Comissão a se manifestar, em relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é FAVORÁVEL.

Sala das Comissões, em 10.06.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CÉSAR SELEME - Relator

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 277 de autoria do Poder Executivo, Mensagem nº 025/97, que aprova abertura de Crédito Suplementar, bem como a conversão da fonte 00 - ordinário não vinculado para fonte 07 - convênios com órgãos federais, no valor de R\$ 7.843.180,00 (sete milhões, oitocentos e quarenta e três mil, cento e oitenta reais), na dotação de transferência de recursos à Companhia de Saneamento do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F. (Publ. no D.A. nº 97, de 16.06.97)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 277/97

PARECER:

Relatório

De autoria do Poder Executivo, o presente projeto visa a aprovação de abertura de Crédito Suplementar, bem como a conversão da fonte "Ordinário não vinculado" para a fonte "Convênios com Órgãos Federais", para o orçamento em vigência que foi aprovado pela Lei Estadual nº 11.652 de 27/12/96, para dotação de recursos à Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, que serão aplicados em obras de sistema de abastecimento de água e esgotos sanitários, a serem executadas através do Programa de Ação Social em Saneamento - PASS.

Fundamentação

A aprovação de crédito suplementar, intentado no projeto supra tem por fim dotar a SANEPAR de recursos que serão executados, pelo Programa de Ação Social em Saneamento, - PASS.

No Art. 133, parágrafo primeiro, da Constituição Estadual, Capítulo III, "Dos Orçamentos", extraímos que:

Art. 133 - Leis do Poder Executivo estabelecerão:

I -
II -
III -

§ 1º - A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá de forma regionalizada as diretrizes, objetivos e metas da administração pública estadual direta e indireta, abrangendo os programas de manutenção e expansão das ações do governo.

(grifo)
Dos preceitos constitucionais, encontramos ainda que "os projetos relativos ao plano plurianual, às Diretrizes Orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais" serão apreciados por esta Casa Legislativa, cabendo às comissões técnicas competentes examinar e emitir pareceres sobre os projetos referidos.

Outrossim, melhor especificando a fundamentação legal do presente projeto, extraímos ainda do Art. 134, parágrafo terceiro, inciso I e parágrafo quarto da Constituição Estadual que:

Art. 134 -

§ 3º - As emendas ao Projeto de Lei do orçamento anual a aos projetos que modifiquem somente podem ser aprovadas caso:

I - sejam compatíveis com o plano plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias;

(grifo)

Conclusão

Pelo exposto retro, a iniciativa do projeto em epígrafe, não apresenta óbices constitucionais que impeçam sua normal tramitação, já que encontra amparo no diploma legal do Estado do Paraná.

Contudo, o presente projeto deverá ser submetido ao siso da comissão pertinente de que trata a matéria, que deverá indicar se a presente suplementação encontra amparo nas diretrizes orçamentárias em vigor, conforme disposto no Art. 134, § 1º da Constituição Estadual.

Desta forma, somos de PARECER FAVORÁVEL, opinando-se por sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18.06.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
WALMOR TRENTINI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 277/97

P A R E C E R:

Relatório

A presente propositura de autoria do Poder Executivo, oriundo da Mensagem Governamental nº 025/97, visa aprovar crédito suplementar bem como a conversão da fonte 00 - ordinário não vinculado para fonte 07 - convênios com Órgãos Federais no valor de R\$ 7.843.180,00 para o vigente orçamento da Chefia do Poder Executivo.

Fundamentação

Tal proposta já foi analisada e discutida pela Douta Comissão de Constituição e Justiça, que opinou pela sua aprovação.

Esta Comissão de Finanças chamada a opinar, verificou o alcance social da matéria, já que visa aplicação de recursos em obras de sistemas de abastecimento de água e sistemas de esgotos sanitários, a serem executados pela SANEPAR.

Conclusão

Diante do exposto, somos de parecer FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18.06.97.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente
ADEMAR TRAIANO - Relator

O SR. ORLANDO PESSUTI (Para Encaminhar) - Sr. Presidente, numa leitura bastante rápida do assunto, nós estamos buscando informações ainda aqui na Mensagem, já que só há pouco tivemos acesso à Ordem do Dia, mas, ao que nos parece, seria para construção de obras de esgoto sanitários em Colombo, São José dos Pinhais, Araucária e outros municípios.

A súmula do projeto traz para nós a seguinte informação: "Aprova abertura do crédito suplementar bem como a conversão da fonte 00 ordinário não vinculado para fonte 07, convênios com órgãos federais".

A pergunta que eu faria ao Líder do Governo, se puder nos responder ainda hoje senão na 2ª-feira, quando a matéria estará sendo apreciada em 2ª Discussão, se esta conversão de 00 para 07 é para estabelecer a contrapartida do Estado neste Programa de Saneamento que vem sendo executado que é o PROSAN. Se isso é para estabelecer a contrapartida ou se é um recurso novo, um acréscimo novo que o Estado está colocando nesse Programa PROSAN, ou se é um Programa específico da SANEPAR, quer dizer, se é uma coisa só da SANEPAR ou se é dentro do PROSAN, e se esse dinheiro para contrapartida ao Programa do PROSAN.

O SR. VALDIR ROSSONI (Para Encaminhar) - Sr. Presidente, se V.Exª, permitir eu também vou fazer aqui a leitura da Justificativa da suplementação de verba. (Lê): "A medida possibilitará a aplicação de recursos em obras do sistema de abastecimento de água e sistema de esgotos sanitários". As obras do anexo não estão sendo canceladas, terão continuidade normalmente, acontece que o Estado está buscando outras fontes de recursos junto a Caixa Econômica, isto porque os recursos de contrapartida do Estado do PROSAN são de 53%. Então, acredito que a preocupação de V.Exª, é que estão sendo cancelados recursos, não, estão sendo buscados outras fontes para executar essas obras.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Em votação o Projeto nº 277.

Os Senhores Deputados que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

A Mesa também solicita aos Srs. Deputados, em resposta a Questão de Ordem: a norma Regimental da Casa pede que os Senhores Parlamentares se levantem dos seus assentos.

O SR. VALDIR ROSSONI (Questão de Ordem) - Aproveito para fazer um pedido para V.Exª, que melhore o sistema de som para nós, que como se tem no Senado, no Congresso Nacional, que nós tenhamos um pedestal aqui, para que possamos falar em pé, porque você fazer a leitura de qualquer documento com o sistema de microfone de segurar na mão, só se for mágico.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Se as outras lideranças partidárias concordarem com a sugestão do ilustre Líder do Governo, Deputado Rossoni, a Mesa Executiva irá tomar essa medida e colocará não na lateral, mas no corredor central, aonde os Srs. Parlamentares Pela Ordem, terão melhor condição.

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem) - Dou essa sugestão no momento em que surge esse problema, porque é muito importante, sendo que nós políticos temos costume de falar com as mãos soltas. E veja, isso aqui pesa quase 2 kilos, e você tendo que fazer qualquer leitura, você naturalmente ou sobe na Tribuna, ou terá que fazê-la sentado. Então acredito que V.Exª, estará contribuindo para o bom funcionamento do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Perfeitamente registrada a sugestão. E faremos a consulta às Lideranças Partidárias.

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 279, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 028/97, que aprova aber-

tura de crédito suplementar no valor de R\$ 5.015.597,00 (cinco milhões, quinze mil, quinhentos e noventa e sete reais), ao vigente orçamento da Secretaria Especial Para o Desenvolvimento Educacional, visando atender despesas como construção de salas de aula, ambientes administrativos, execução de melhorias em diversos municípios. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. E C.F. **Aprovado.** (Publ. no DA, nº 97, de 16.06.96, Mens.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 279/97

P A R E C E R :

A proposição em apreço, cuja origem é a Mensagem nº 28/97 do Sr. Governador, objetiva aprovar abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 5.015.597,00 ao orçamento da FUNDEPAR.

A alteração orçamentaria viabilizará que sejam atendidas despesas com a construção de salas de aula, ambientes administrativos e a execução de melhorias em escolas de diversos municípios.

E os recursos que lhe darão cobertura são provenientes da supressão parcial de valores correspondentes a obras já empenhadas e licitadas em 1996, todas concluídas ou em andamento.

Da mesma forma, outras obras empenhadas em 1997 e cujo valor da licitação resultou inferior ao previsto, também deram ensejo à abertura do crédito suplementar e lhe dão o suporte necessário.

Conveniente ressaltar que inobstante a situação exposta, foi mantida no orçamento de cada uma dessas obras, provisão de recursos para cobertura de eventuais contratos aditivos para obras complementares que se demonstrem necessárias.

Por fim negociação junto ao BIRD para redução da contrapartida do Estado de 50% para 30%, por sua vez também motiva a medida.

A medida proposta, em obediência ao que preceitua a Constituição Estadual em seu artigo 135, inciso V, foi encaminhada ao Poder Legislativo para a competente autorização e dela consta a indicação dos recursos que lhe dão cobertura.

Tendo em vista que a proposição está em conformidade com os ditames constitucionais, legais e regimentais, esta Comissão de Constituição e Justiça manifesta seu parecer favorável.

Sala das Comissões, em 18.06.97.
(aa) JOEL COIMBRA - Presidente;
BASÍLIO ZANUSSI - Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 279/97

P A R E C E R :

Relatório

A presente proposição de autoria do Poder Executivo, oriunda da Mensagem Governamental nº 028/97, visa aprovar crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei nº 11.652, de 27.12.96, no valor de R\$ 5.015.597,00 (cinco milhões, quinze mil, quinhentos e noventa e sete reais).

Fundamentação

Tal proposta já foi analisada e discutida pela douta Comissão de Constituição e Justiça, que opinou pela sua aprovação.

Esta Comissão de Finanças chamada a opinar, verificou o alcance social da matéria, já que visa atender despesas

com construção de salas de aula, ambientes administrativos, execução de melhorias em diversos municípios.

Conclusão -

Diante do exposto, somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18.06.97.
(aa) ÉLIO RUSCH - Presidente;
DUÍLIO GENARI - Relator.

(Lê Requerimentos).

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Sr. Presidente, a Questão de Ordem que nós estamos fazendo, já que na segunda-feira nós vamos votar o mérito do Projeto 279, que fala de suplementação para a Secretaria de Desenvolvimento Educacional FUNDEPAR e na publicação aqui que chegou até nossas mãos, está registrado apenas o cancelamento de obras, o correspondente ao acréscimo das obras não está aqui publicado.

Então gostaríamos até se existisse aí no projeto que nos fosse dado uma fotocópia de imediato, para que a gente possa verificar onde estão sendo acrescidas essas obras, porque as canceladas estão sendo dadas a conhecer. Agora os acréscimos queremos conhecer, para que de repente não seja só Curitiba, porque se não existir, temos que pedir a Secretaria que nos remeta isso, para que a gente possa votar a 2ª Discussão.

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem) - Digo ao Deputado Pessuti que na segunda-feira trarei todas as informações para que ele tenha conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Perfeitamente ajustada a questão e Ordem do Deputado Pessuti.

Sobre a mesa, requerimento nº 1489, de autoria do Sr. Deputado Nelson Garcia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1491, de autoria do Sr. Deputado Joel Coimbra, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1492, de autoria do Sr. Deputado Eduardo Trevisan, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1494, de autoria do Sr. Deputado Beto Richa, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1495, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1485, de autoria do Sr. Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente de sessão anterior. **Retirado pelo Autor.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para outra segunda-feira, dia 23, à hora regimental, com seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 104, 129, 232, 238, 257, 277, 279 e 285/97.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 002/96 e 010/97.

Levanta-se a sessão.